



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 42/2025

(Plenária Presencial)

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e o vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):**

Francyne da Rosa, **CEMME;**

Fabrizia Demo, **Parceiros Voluntários;**

Frei Luciano Elias Bruxel, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA;**

Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA;**

João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres;**

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo;**

Luiz Alberto Mincarone, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel;**

Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM;**

Natália Laurindo, **AHMI;**

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança;**

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre.**

Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Adriana Paz, **Secretaria Municipal de Educação – SMED;**

Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS;**

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV;**

Mariana Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;**

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

DEMAIS PRESENTES:

Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID;**

Viviane Anchieta, Bruna M. Rocha Spindler e Gregory dos Santos Alvanoz, **Administrativos SMIDH:**

Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia;**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Gente, então vamos lá. Próxima terça-feira, às 14 horas, os conselheiros da sociedade civil já estão chamados, convocados para a sede da ASAFOM, para que a gente possa estar conversando os nossos próximos passos, indicações de presidência, vice, executiva e tudo mais, tá? Ontem também, o pessoal do Fórum, da coordenação da ASAFOM se reuniu também e já fizeram as indicações para a executiva do Fórum e da ASAFOM, tá? Sobre o aporte da assistência, está encaminhado e vai sair este ano, se Deus quiser, também está tudo ok já. Aí terça-feira às 14, tá? Os conselheiros da sociedade civil. Os novos eleitos. Na sede do Fórum. Duque de Caxias, 805, fundos. Então, lembrando, gente, a nossa agenda dos próximos dias, depois eu vou colocar ali nos grupos. Próxima plenária, próxima quarta, na verdade, pela manhã nós vamos estar passando o dia, na verdade, lá na Amurt. Aí, pela manhã, nós vamos ter as comissões, às 11 horas nós vamos ter a plenária. A plenária é presencial, tá? E, ao meio-dia ali, em seguida, a gente tem nosso almoço e a nossa confraternização. Depois eu vou colocar ali no grupo para vocês só confirmarem quem vai estar para o almoço, para a gente poder fazer uma organização um pouquinho melhor, tá? E aí, depois

nós vamos ter nas próximas plenárias, com o início, a nossa primeira plenária vai ser dia 7 de janeiro, online. Depois dia 21, online. Isso em janeiro. Fevereiro é dia 11 e dia 25 de fevereiro, tá? Também online. Aí, nós tínhamos falado do dia 4 de março retornar já com o seminário, só que o dia 4 de março vai ter aquele seminário que a Adriana nos passou. Que vai ser dia 4 e dia 5. E Paulinho e eu, eu e Paulinho vamos estar lá naquele seminário, que a gente não sabia, mas nós vamos estar. A gente soube agora, na verdade, mas a gente está sabendo já. [Risos]. E aí, então nós vamos estar no seminário dia 4 e dia 5 de março. De março, tá? Então, a minha proposta é de que nosso seminário seja dia 11 de março, e não dia 4, tá? Mas que aí a gente retorna com presencial e tudo mais. Mas isso aí depois eu coloco ali no grupo direitinho e também quando entrar os novos conselheiros a gente reorganiza também tudo bonitinho, tá? Outra coisa, eu não vou conseguir passar o texto do edital. Fala, Francyne, “eu já sabia”. “Eu avisei”. Fala, pode falar. [Risos]. Mas assim, o que é a questão? Assim, realmente, a gente não pegou o texto, a gente não sentou mais. Não só eu, mas com certeza vocês todas estão enlouquecidas com fechamento de final de ano. Então, não dá, não tem condições assim agora, realmente. Até a secretaria também está enlouquecida, então está todo mundo enlouquecido. Então, vamos fazer um pouquinho com calma, a gente tenta largar ali no início do ano para a gente poder ler, organizar e tudo mais. A gente já sabe que, mais ou menos como é que a gente vai fazer, já está traçado mais ou menos nas nossas combinações como é que vai ser o edital, então acho que está mais tranquilo do que não tem essa necessidade da gente fazer tanta loucura agora, tá? Então só trouxe para vocês isso aí. Tá, é isto. Ok, vamos para as comissões. Paulinho, por favor. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Então, como já foi divulgado aqui, informado sobre a conferência, ou melhor, sobre a resolução do Conanda, né, já divulgando a organização das conferências municipais, que pode ser até junho do ano que vem. Então, hoje aqui na executiva, a gente já teve algumas ideias, mas precisamos primeiramente aqui de duas coisas, né, Carol? Aquele texto da dotação que a Sônia sugeriu no ano passado, para ver o aceite do secretário. Nós precisamos já de um valor, né? E a outra questão é, próxima semana, a gente já aprovar o projeto da conferência com um valor estimado para a organização. No ano passado, na última conferência, tivemos que contar com o pessoal do CPCA ali com o Frei Luciano, com o Everton, para que o recurso fosse chegado até eles para eles repassarem para a organização junto à organização Montserrat, né? Então, a gente já vai prever um valor aproximado um pouco mais do que a última, que foi R\$ 76.000,00, com tudo, com a alimentação, com os materiais, contratação de pessoas e etc. Então,

a gente tem que aprovar já na próxima plenária. Então, são esses dois encaminhamentos que a gente tem que tomar na próxima plenária, que é a dotação para igual o do Comui, a comissão e a dotação. Aí depois já um projeto da conferência com um valor estimado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Tu vai fazer mais ou menos isso já para a próxima plenária? Tu vai trazer esses dois valores? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** A comissão, a gente, a comissão como tem que ter pessoas de outras secretarias, tem que ter jovens, o grupo do CPA, né, participando, representando o Conselho Tutelar. Então, a gente já vai ter que entrar em contato por agora, colocar os nomes dos órgãos e os órgãos enviarem os seus representantes para o início do ano ali para a gente em fevereiro a gente já se encontrar para organizar a logística e o conteúdo da conferência. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Na própria comissão já vai ter eles? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Sim. E como eu te falei, não sei se foi em *off* ou aqui, né, que eu conversei com a Albea, que é a pessoa da Lisiane, que é a assessora que representa a Albea lá na PUC. Então, eu disse qual a possibilidade da gente conseguir o espaço gratuito da PUC para o auditório e umas 10 salas, né? Então, através da assessoria da UBEA ali, a gente poderia conseguir gratuito. Só que eles têm que estar inserido dentro do processo como assessoria, né? Aí ficou para a gente conversar e retornar. Então, seria nesse espaço gratuito ali, com o apoio como a UBEA faz com as outras conferências da PUC. A comissão e a dotação. A gente está colocando geral, né, como foi sugerido, é melhor colocar mais, que depois fica no fundo, né? O recurso volta, a gente vai gastar aquele que se vai gastar aquele tanto. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu sugiro, até falei com o Paulinho quando nós estávamos conversando, que fosse a ASAFOM a entidade executora depois do projeto, ver de uma forma de dispensa ali para dar apoio, que é a que congrega toda a rede das instituições. Pudessem ser um estudo, tem a Sônia, já se dispensa de licitação, porque não dá para fazer uma, ou faz uma licitação, mas daí também vai demorar um processo bem longo, você sabe dentro, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Ok. Era isso? Adriana, queria falar? **Adriana Paz, Secretaria Municipal de Educação - SMED:** Tem um informe, que ontem aconteceu o 15º Encontro Regional de Controle e Orientação do Tribunal de Contas e o tema era a primeira infância. Aí tinha várias, parte da manhã teve uma palestra, teve a assinatura de

um compromisso por várias prefeituras, de todo o estado, inclusive o nosso prefeito, Sebastião Melo, estava lá, assinou, vários dos nossos secretários estavam lá, o secretário de educação, o secretário de saúde, entre outros, os que eu reconheci, né? E, pela manhã, teve a palestra Primeira Infância em Primeiro Lugar e à tarde teve várias oficinas, como gerir e fiscalizar contratos, orientações para as novas leis de licitações, educação infantil e ensino fundamental, acesso, gestão e qualidade, foi essa que eu fiz, entre outras, e esse encontro era para nós, técnicos das diferentes prefeituras. Então, foi um dia bem extenso lá na Ulbra de Canoas, mas foi muito bom. Deixo o informe. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Aqui eu tenho um convite, é para o Salão de Iniciação Científica da Rede Municipal de Porto Alegre. Vai acontecer dia 16 e 17. Dia 16, pela manhã e tarde; dia 17, pela manhã, no Instituto Caldeira. É o quarto Salão de Iniciação Científica da Rede Municipal de Porto Alegre e estão nos convidando para ser avaliadores. A avaliação vai ser pela plataforma que permite a apresentação dos projetos e a avaliação direto pelo celular, que facilita o processo avaliativo do evento. Estão convidando para a gente poder fazer esta avaliação. Alguém gostaria de fazer esta avaliação? Feira científica. Comissões? Só para dizer que hoje é a nossa última plenária com a Patrícia. E aí, a gente fez, Patrícia, uma combinação da gente trazer uns comes, para a gente comer. E aí confraternizar contigo, mas aí depois a gente vai falar também, depois tem discurso.

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Processo SEI 22.0.000150080-9. Ele é da OSC SOME Sociedade Meridional de Educação - CESMAR. O projeto é o Espaço Seguro. Esse processo, então, vem pela secretaria, era um questionamento da secretaria, do documento SEI 36349297, onde ele solicita a correção do texto da Resolução 195/2023. E a comissão respondeu através do documento SEI 36781729 e retornou com outros apontamentos, certo? Então, dito isso, o que que acontece? A SOME e a CESMAR, houve a, vamos dizer, a fusão. Elas são a mesma entidade com CNPJs distintos por conta das mantenedoras. Então, veio o questionamento, a correção do nome do projeto na Resolução 195/2023. E a nossa resposta é que a resolução refere-se à transferência de recurso entre o projeto Construindo o Amanhã para Transformar 2 para o Espaço Seguro. Então, nisto não há de se falar em correção, o projeto está correto o nome. No segundo ponto, que há a confirmação quanto à possibilidade de transferência de recursos entre os projetos vinculados a CNPJs distintos, conforme as executoras envolvidas. Então, essa divergência de CNPJ dá-se em função

das mantenedoras e em relação à emissão das resoluções. O encaminhamento, então, da comissão é que, em análise ao solicitado, a comissão é de *parecer favorável* à transferência, considerando que o equívoco dá-se no CNPJ das mantenedoras. E a retificação da resolução quanto ao nome do projeto, ela não é necessária porque ela está correta. Alguma dúvida?

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Compreenderam, gente? É só uma adequação ali, correção, na verdade. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** A mantenedora tem um número final da filial, varia um pouco, e aí houve uma divergência, e aí está sanado nesse documento que veio. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É isso. A SOME antes, ela tem o CNPJ 92.023.159/0001-40. E a CESMAR tem o 92.023.159/0026-06. Então, mas é a mesma.

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Ok. Então, em votação, quem é favorável, por favor levantar a mão. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Outro? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** São quatro processos, mas nós vamos retirar um, mas eu vou apresentar três. O próximo é o 25.0.000157208-6. **INSTITUTO PRÓ-SAÚDE IPS**, o projeto é Jovens Talentos. Então, a OSC encaminhou uma proposta de projeto para captação de recursos através do Fundo da Criança, documento SEI 36882071. O público de atendimento são crianças de 7 a 17 anos, oriundos das famílias com renda inferior a dois salários mínimos, matriculados em escolas públicas ou acolhidos em instituições da Zona Norte de Porto Alegre. A informação da ASSETEC consta no documento 36607131. Total de participantes, 75 participantes, o que dão 600 atendimentos diretos previstos no mês. A execução vai ser no Vida Centro Humanístico. A comissão de políticas é de parecer favorável, documento SEI 36888859. Como tem a figura do captador de recursos nas despesas, então tem o parecer da PGM, documento SEI que a gente anexou, então, ao processo, 37006793. O objetivo é promover o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes por meio de atividades esportivas, culturais e socioeducativas, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários na inclusão social, incentivando valores e hábitos saudáveis com o oferecimento de aulas de judô e aulas de dança. O projeto, então, são 24 meses. Despesas com consumo, despesas com pessoal, com terceiros e permanente. O total, então, com retenção de 5%, 2.057.014,00. Então, em análise à proposta apresentada a Comissão de Finanças é de parecer favorável à captação de recursos no valor de 2.057.014,00 com 5% de retenção. Alguma

dúvida? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Pró-saúde. Alguma dúvida? Não. Então, em votação. Por favor, quem é favorável? Ok, **APROVADO**. Outro? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O outro é o documento SEI 25.0.000159105-6. **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS - AHMI.** O projeto é Proposta Aurora, capacitação, desenvolvimento integral e educação inclusiva na primeira infância. A OSC encaminha, então, proposta de projeto de captação de recursos através do Fundo da Criança. Proposta, documento SEI 36662312. O parecer da comissão de políticas é o documento 36769124, é favorável. A informação da ASSETEC consta no documento 36662472, onde não apresenta nenhuma ressalva. O atendimento são 1000 crianças mês e 1000 crianças ano, o que totaliza 2000 crianças no período de 24 meses. O objetivo é o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, construção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e de qualidade, com atenção especial às necessidades de crianças com transtorno do espectro autista, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. E ele visa fortalecer a educação infantil de Porto Alegre por meio da implementação de práticas pedagógicas participativas e inclusivas, através de capacitação dos professores e equipes educacionais. A execução vai ser operacionalmente nas escolas de educação infantil de Porto Alegre, parceirizadas com a SMED, selecionadas a partir do edital que será aberto, com estoque e equipe administrativa na Avenida Sertório, na sede da Alma Mater. Então, as despesas são de consumo, terceiros, permanente. O total captação com 5% é de 1.472.642,00. Então, em análise a Comissão de Finanças é de parecer favorável à captação, no valor de 1.472.646,00 com 5% de retenção. Alguma dúvida? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Alguma dúvida? Não. Votação, então, por favor. Ok, **APROVADO** também por unanimidade. Outro? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Eu só deixo registrado que nós tínhamos colocado a Sociedade Espírita Amigos da Espiritualidade, da OSC Educandário Anália Franco. A OSC entrou em contato e deu uma divergência e eles pediram para retirar e assim que eles fizerem a retificação, o envio, a gente aprovação semana que vem. Então, esse retira da pauta. Terminou a pauta da finanças. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Políticas?

COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: Analisamos os processos e fizemos uma reunião com a OSC, e recebemos novos processos e estamos preocupados com o tempo que a gente tem agora para chamar, adequar, estamos no final do ano. A gente quer que semana que vem seja a nossa última reunião. Mas ainda estão chegando processos. A gente vai organizando assim rapidamente para poder dar conta, não prejudicar a OSC. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que é difícil, mas é que não é só o CMDCA que para. O mundo para praticamente ali pelo dia 20. Então, a gente acha assim: 'Ah, mas ainda tem 10 dias até o final do ano'. Sim, mas praticamente ninguém vai fazer quase nada depois ali. E aí, vamos ver o que que a gente consegue fazer com as instituições até a próxima semana. Se a gente conseguir acelerar, analisar, tanto finanças quanto políticas, os processos até lá, ok. Na finanças eu sei que a gente acabou mandando ofício com prazo até segunda-feira para quem quiser que passe na quarta-feira que vem. Na política vocês também fizeram a mesma coisa. O problema é que está chegando projeto novo hoje. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** O que eu estou falando é que é um novo, que chegou nesta semana, chegou segunda. E hoje chegou mais um. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Eu acho que uma das coisas que a gente vai ter que fazer para o próximo ano, e aí assim, no início do ano, na verdade, é a adequação que a gente já fez, só que a gente não levou para frente, na verdade, da resolução 150. Porque na adequação que a gente fez na Resolução 150, a gente teria prazos de recebimento de projetos. E isso é importantíssimo para nós, para a gente poder organizar um fluxo aqui dentro do CMDCA. Porque a gente não vai ficar só analisando projetos e não pensando na política pública e nem vice-versa. Então, eu acho que a gente vai ter que tirar do papel, na verdade, e colocar no papel. É bem isto. Registro?

COMISSÃO DE REGISTROS:

Francyne da Rosa, CEMME: Então, eu tenho um processo da **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO BAIRRO NONOAI, APABAN**, Instituto Mãe Dalva. Eles foram orientados a fazer a reativação de registro porque eles alegaram que fizeram a inscrição no link de recadastramento, porém a gente não encontrou na listagem que o link ali do Google Forms gerava. Então, é como se o CMDCA não tivesse recebido, então, o processo deles de recadastramento e, como eles tinham o atestado de funcionamento com vigência 2024, então

eles não participaram, não fizeram, na verdade, aquela solicitação lá no início do ano de 2025 por e-mail para a prorrogação do atestado. Então, a gente orientou a reativação de registro, que também era a mesma documentação, praticamente, ali do recadastramento. Eles enviaram a documentação completa e, pelo fato de não estar há tanto tempo, né, sem a renovação, a gente vem fazendo parecer favorável para a efetivação sem a necessidade de nova visita. Então, seria a reativação de registro e a atualização no caso nesse ano, né, nesse semestre, agora. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Outro? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança - Vice-Presidente do CMDCA:** O outro é o **CLUBE DE MÃES E PAIS PLANETA INFANTIL**, da Escola de Educação Infantil Planeta Infantil. Também era para reativação, não fizeram o recadastramento, estão desde o ano passado. Então, agora tudo concluído, então aprovado para reativação do registro e do programa de educação infantil. Então, é da modalidade atendimento direto com o programa de educação infantil. Está ok. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Neiva. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** É monitoramento, **ASSOCIAÇÃO SÃO MARCOS.** É monitoramento, Edital 01/2022. E aí está, a gente vota por ok. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Então, quem é favorável levante a mão. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança - Vice-Presidente do CMDCA:** Então, como a Neiva leu ali, é do Edital 2022, né, pessoal, do monitoramento. Nós estamos ainda com 16 processos de monitoramento na comissão, então está demorando para zerar tudo. Então, a políticas, se pudesse dar uma perguntada para ajudar no processo de monitoramento, para diminuir a nossa caixa, nós estamos com 39 processos, 17 é de monitoramento, os outros registros é mais de retorno de documentos, são poucas, poucos processos novos, então é mais de vai e vem de e-mail. Mas do monitoramento, como é do Edital 2022, vai até 26, 4 anos. Aí se alguém pegasse junto ali para a semana que vem... **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** É, também só queria comungar da mesma ideia que tu trazes, porque a gente a cada dia recebe, a gente ainda está recebendo processo, né? E às vezes a gente recebe, eu estou com uns três pendurados ali que falta alguma coisa, eles nos mandam o processo, mas falta alguma coisa e a gente não pode também avaliar porque está faltando alguma coisa. Então, eu acho que era interessante a gente pensar nisso, que a gente vai ficar recebendo processo até, vai seguir,

31 e vai seguir recebendo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Sim. Tá. Tranquilo. Só para a gente poder ver na próxima semana, daí a gente pode dividir. Vocês vão fazer visita semana que vem? Tá. Daí próxima semana a gente pode... **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:** Não gostaria de fazer, porque a gente tem que dar um foco ali nesses processos, pelo menos diminuir consideravelmente, igual a gente fez nos outros, do recadastramento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, isso que eu ia dizer. Próxima semana a gente pode tentar ver, pegar junto, aí a gente tenta eliminar o máximo que der da Comissão de Registro, tenta terminar a análise da Comissão de Políticas ali, a finanças também, e aí vai. Só, processos é isso? Aqui eu coloquei ali no grupo, tá, uma prestação de contas do conselho tutelar, em que eles encaminharam para nós até setembro de 25, a prestação de contas, está ali. Então, de janeiro a setembro de 25. Os dados deles ainda, eu já conversei com o Leandro e na época também tinha conversado com a Alice, que era a antiga coordenadora do CT, para que pudesse a gente ter um pouquinho mais até de dados ali, né? Porque, ainda aqui, por exemplo, tem acolhimentos institucionais, medidas aplicadas, requisições, encaminhamentos, denúncias, expedientes novos. Tem por microrregião, né? Então, alguma coisa assim já clareia para a gente poder dar um norte de atendimento e de vazios, e aí vai. Seria interessante que também a gente pudesse ter, por exemplo, quais foram as medidas aplicadas, né? Por exemplo, uma coisa é, digamos, pegar a educação infantil, das 400 medidas aplicadas, 300 eram falta de vaga na educação infantil? Hum, interessante, isso é um dado muito importante. Não, das 400 eram questões de abuso sexual. Bá, gritante, tá? Então assim, são dados que a gente também precisa de, de ter um pouco mais de clareza, né? Outra questão também, nós recebemos um ofício da ASAFOM ou do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tá? A ASAFOM, ela foi a instituição habilitada e que passou para o edital da saúde mental, do projeto de saúde mental. Então, eu vou ler o ofício para vocês, que eu acho que fica mais claro para a gente poder compreender. Ai, duas folhas, três folhas. Eu ia ler o ofício para vocês. [Risos]. Eu vou fazer uma leitura dinâmica. Então, assim, o assunto é o projeto de saúde mental, tá? Então, eles estão cumprimentando, o primeiro parágrafo, o segundo parágrafo também cumprimenta. Aí, então, vem por meio deste apresentar informações complementares à apreciação deste conselho para que atenda as necessidades de transparência em relação ao projeto. Contratação do coordenador do projeto. Em análise ao projeto original, foram elencados elementos que nos

416 permitem avaliar e aperfeiçoar a forma de execução do projeto. A primeira proposição
417 corresponde à contratação da coordenação do projeto na forma de pessoa jurídica em detrimento
418 do contrato CLT. O que que eles querem, na verdade? Lá eles colocaram a contratação do
419 coordenador do projeto, e aí eles estão solicitando que não seja por CLT e seja sim por PJ. Tá?
420 Que daí isso flexibiliza também o contrato, flexibiliza a questão também da carga horária dessa
421 pessoa, porque pensando que este projeto aqui é a saúde mental para acolhimento institucional.
422 E este profissional, uma das propostas em que ele vai fazer é a formação, a proposta,
423 organização, formação com os educadores do acolhimento institucional, que são em três turnos.
424 Então, ele não vai poder ter um horário tão CLT, né, ele vai ter que ter um horário diferenciado,
425 né? Então, por isso que a proposta é ele ser PJ, pessoa jurídica, e não CLT. Então, isso, então,
426 no contrato, no projeto que eles apresentaram para nós, não estava claro se ia ser CLT ou se ia
427 ser PJ. Na, no momento de plano de trabalho, aí houve este questionamento de ambas as partes,
428 tanto do fundo quanto do Fórum das ASAFOM. E aí, então, para deixar mais claro e
429 transparente, está vindo para nós para a gente organizar, decidir, permitir e aí tocar para a frente.
430 Eu vou para o outro ponto já, tá? Meia folha já foi. Avaliação dos atendimentos. Importante
431 salientar que o atendimento inicial dos acolhidos designados para as clínicas podem receber
432 encaminhamentos para ações complementares. Isto é, por exemplo, o atendimento de uma
433 consulta psiquiátrica pode acarretar atendimentos complementares no que tange fono,
434 ambiterapia, terapia ocupacional, entre outras. Nesse sentido, o atendimento pode se
435 complexificar em diversos atendimentos para que se tenha uma efetividade do resultado do
436 acompanhamento. Nesse sentido, buscamos a compreensão deste contexto do conselho para
437 esta complexificação. O que quer dizer aqui? De que a criança lá, ela tem uma consulta
438 psiquiátrica. Da consulta psiquiátrica, sai mais cinco encaminhamentos. Mas para a mesma
439 Carolina. A Carolina não vai ter só a consulta com o psiquiatra, ela vai ter atendimento fono,
440 com terapeuta, com não sei quem, não sei quem, não sei quem. E tudo é para Carolina. Então,
441 na verdade, a Carolina, ela vai ter cinco ou seis atendimentos e não um atendimento. Então,
442 quando for verificado lá no final a ficha de execução, vai ver seis vezes o nome da Carolina,
443 mas é para a mesma criança, seis tipos de atendimento. Fui clara? **Rose Ceroni Canabarro,**
444 **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre –**
445 **ASAFOM:** Sim. E aí, nessa linha da justificativa, a gente está trazendo que a gente, para chegar
446 até chegar um PJ, né, a gente entrevistou alguns candidatos e a gente viu também, já deixar
447 assim mais que o conselho fique mais atento, que a gente acha: 'Bá, valor 5 milhões', mas de

repente esses 5 milhões, ele não é muito, justamente pelo que tu está explicando. Teve um caso que elas trouxeram que uma criança teve um atendimento, em dois meses foi R\$ 50.000,00. E aí ele tem que dar continuidade nesse atendimento, entendeu? É só para dizer assim, que a gente parece que é um montante, né, que daqui a pouquinho a gente vai ter que repensar se também não vai ter que daqui a pouquinho aportar mais recursos. A gente adequar? É, aí e adequar, só para deixar isso em alerta, porque para nós é um projeto novo, para a cidade também é, desta complexidade, que hoje nós somos repassadores de recursos dos TACs que vem do Ministério Público do Trabalho. E o Ministério Público do Trabalho não pode mais ofertar recursos para essa modalidade, e sim para o FAT, que é o Fundo de Amparo do Trabalhador, salvo em excesso de, de pandemia, como aconteceu, a enchente. É isso e hoje estávamos conversando até contigo, né, Carol, do quanto a gente não tinha a noção. Porque são 70 acolhidos numa OSC que são 70 acolhidos. E dessa complexidade toda de atendimento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, não, tipo assim, a gente pega no acolhimento institucional, e aí o Frei e o João falam melhor do que eu, com certeza sobre isso, mas ali no acolhimento institucional, tem crianças e adolescentes, muitas vezes, precisando de terapia, psicólogo, psiquiatra, e tem crianças e adolescentes que precisam de psiquiatra, neuro, e aí vai, dez mil especialidades, né? Então, eu brinco que é uma casa com muitas crianças, literalmente, é uma família com muitas crianças, muitos filhos, né? Então, é a mesma situação, muitas vezes, que a gente enfrenta com uma criança nossa, da nossa família, que é precisar de vários acompanhamentos. Então, a gente sabe o quanto o custo é, né? E que tu não pode interromper um tratamento. Então, isso é bem complicado. Ali também, fiscalização e transparência. Eles estão trazendo de que esta, esta ação ou este projeto, ele está sendo mediado tanto já desde o início pelo Ministério Público e também com a fiscalização e transparência da execução do projeto, então vai ser toda também pelo CMDCA e pelo Ministério Público. CMDCA, Fórum, Criança e Ministério Público. Eles estão pedindo também uma proposta de reajuste, então, que avisa a sustentabilidade do projeto e complexificação dos atendimentos, a manutenção da qualidade técnica do atendimento multidisciplinar, propomos a inclusão da cláusula no reajuste financeiro. A correção deverá seguir o índice oficial de inflação como IPCA e GP, garantindo o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, evitando a precarização do serviço ao longo do tempo. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** E isso, se a gente vê que a meta, né, como a gente trouxe, se uma

criança que tem cinco, né, se eu tenho 70 numa casa, a gente multiplica, nós estamos achando que 200 mil por mês é muito. Já estamos olhando que não é tudo isso. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Para mim, esse projeto é muito importante que atenda crianças que tiveram uma ruptura de vínculo familiar e comunitário e que, às vezes, passam, a gente está na comunidade lutando tanto para ter um atendimento na saúde mental e não tem. Em que, tragicamente, uma criança precisa ir para o acolhimento institucional, às vezes se agrava que estivesse dentro da comunidade, nos centros de atendimento psicossocial. Para a gente também, enquanto conselho, nós tivemos a apresentação hoje da Sônia da Saúde, que apresentou os dados, o desafio que é, dentro do diagnóstico da cidade, a necessidade de a gente ter descentralizado o atendimento da saúde mental para todos os bairros. Porque não acho certo uma criança só passar a ter um atendimento na saúde mental quando ela cai numa situação que é uma violação de direito, que ela não está dentro da sua família, na sua comunidade, é uma violência. Isso já o Ministério Público, lá quando nós fizemos em 2012 o primeiro plano municipal de convivência familiar e comunitária, se previu. E a luta nossa, que nós estamos discutindo tanto no conselho, é fortalecer a rede básica com os apoios necessários para poder atender essa criança dentro da comunidade. Essa é uma política que eu entendo que é importante. O João vai acompanhando aí a plenária, nós que estamos na execução dos abrigos, a gente sabe o quanto é importante ter o atendimento. Mas eu quero, de novo, insistir para o conselho, o conselho também pontuar, nós temos aqui o assento da Secretaria da Saúde, da necessidade de ampliar os centros de atendimento psicossocial. O desenvolvimento escolar de muitas crianças está comprometido, o serviço de convivência às vezes expulsa crianças que não têm o tratamento porque não consegue acolher bem como deveria dentro das necessidades que as crianças estão postas. E o atendimento tem um custo elevado, mas tem que ter. Não te rouba a infância de muitas crianças. Hoje tem as instituições que multi, mas elas, para o atendimento clínico que deveria ter o acompanhamento sistêmico dentro da comunidade, ali sistemático, não tem. Alguns CAPSi que têm na Restinga, eu acho. [Falas concomitantes]. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** E, indo bem no sentido dessa provocação, dessa fala do Frei, também tem a questão de que cada dia mais as nossas escolas, principalmente as da educação infantil, a gente está tendo o diagnóstico dos atípicos, que é uma demanda que está ficando muito grande na cidade, desde a educação infantil. E uma coisa também que tem que ter uma preocupação, assim como tem esse atendimento, também a questão das monitorias exclusivas. Está demandando muita monitoria exclusiva e vai

ter uma hora que, enquanto CMDCA, enquanto cidade, a gente vai ter que enfrentar, enquanto sociedade civil, essa questão de que as monitorias exclusivas, quando o juizado diz que deve-se ter, nós que somos conveniadas ficamos prejudicadas. Porque as metas que a gente tem conveniada já não são suficientes para toda a questão do atendimento da educação infantil e ainda diz: a parceria tem que dar o suporte para as monitorias. Só que a maioria das monitorias que está se pedindo é monitorias exclusivas. Então, quer dizer, é a Luciane que tem toda uma questão de atipicidade, que ela tem que ter um monitor exclusivo. Então, imagina eu que tenho 10, 14, eu vou ter que ter, além da minha equipe, mais 10, 14 pessoas para ser monitores exclusivos. Então, a gente está tendo, a gente ainda não chegou a esse ponto de embate, mas acho que está na hora de também começar. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que a gente tem que dar aí a Secretaria de Educação que tem assento no conselho, levar essa preocupação para buscar soluções de que como, tanto a rede municipal que tem que acolher como todos os serviços, que tenha um plus quando tem esses casos. Eu sei que já conta por duas crianças, mas quando tem uma determinação, que tenha um plus, porque senão nós vamos estar excluindo as crianças do atendimento se não tiver esse apoio. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Mas a questão da exclusão já está ocorrendo, Frei, porque a gente sabe que tem escolas que, infelizmente, já não estão matriculando as crianças. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Mas é a SMED que encaminha essa vaga. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Sim, mas só que tem escolas que, na hora da matrícula, se tu dizes que a criança é atípica, não estão matriculando, que isso também não pode, não poderia. Então, a discussão, ela está muito séria. Tem a questão financeira, sim, que o Frei está trazendo, que é a questão dos custos que ocorre para duas crianças, mas também tem a questão do próprio conceito do que é acolhimento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogio) – Presidente do CMDCA:** Quando a gente pensou no edital da saúde mental, a gente já pensou como uma proposta para depois a gente ampliar para os demais serviços, vamos dizer assim, saindo do acolhimento institucional e indo para os demais serviços. Sei que é, só pensando no acolhimento institucional, já é um baita de um desafio. A gente poder atender e atingir de uma forma com qualidade, literalmente, o serviço do acolhimento institucional. Mas, voltando só um pouquinho no ofício em que eles mandaram, aqui nós temos que encaminhar algumas coisas. Aqui, eu gostaria que a gente pudesse estar depois fazendo uma resolução para colocar no despacho do projeto, do processo

deles, do saúde mental, porque a gente vai precisar ter, na verdade, constar isso no processo também. Então, ali na contratação da coordenação do projeto, podemos colocar em votação de que nós, enquanto conselho, aceitamos que seja PJ e não CLT o contrato? Podemos colocar em votação? Quem é favorável, por favor, levantar a mão. **Luiz Alberto Mincarone, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Eu me abstenho, porque eu não acho correto isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá ok. **APROVADO COM UMA ABSTENÇÃO.** Aqui agora, na avaliação dos atendimentos. Na avaliação dos atendimentos, nós temos, vou botar em votação, como é que eu vou botar em votação isso aqui? Que a gente compreende que uma criança, ela pode desmembrar com os cinco atendimentos. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** São as demandas, são demandas de atendimento. É que hoje em dia a gente fala nas terapias complementares. Pena que a Sônia não está aí. A gente fala nas terapias complementares. Então, as terapias complementares, elas multiplicam o atendimento da criança. A criança, quando chega para nós com um laudo, ela tem atendimento fono semanal, fono, psicólogo, psiquiatra, terapia ocupacional e psicomotricidade. Então, são as demandas da atipicidade da criança. **Rose Ceroni Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – ASAFOM:** Eu acho importante, o que a gente quis dizer, é conversando com a ASSETEC, como a gente não fez o plano de trabalho ainda, e ontem que a gente conseguiu configurar a diretoria da ASAFOM, porque teve uma eleição, então a gente tem aí a ata que vai para o cartório e precisamos fazer o plano, e o plano de trabalho já teria que sair redondinho. Então, conversando, a ASSETEC nos orientou: tudo o que vocês puderem falar desse projeto e que, daqui a pouquinho vocês vão precisar mais recurso por esse atendimento que chega 1 e é 5, tudo vocês coloquem no ofício. Porque daqui a pouquinho não vai estar a Carolina, a Rose, vai estar tudo num processo bem explicadinho, tudo que a gente está falando. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Já estou fazendo aqui a justificativa para colocar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu só tenho a dúvida, na verdade, é como colocar depois na resolução para a gente poder entender, na verdade, que tem os desmembramentos. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que a gente tem que buscar isso porque naquele plano que nós tivemos uma reunião com a Doutora Sinara no projeto técnico, ali já tinha a descrição. A gente pegasse dali, que esse foi o embasamento para o próprio edital. Acho que botar ali,

porque senão, depois, lá na PGM, lá adiante, vai trancar se não está de acordo como estava no
 edital que a gente apresentou, na descrição. Tem que copiar tudo de lá. Eu acho que até tinha
 que apresentar, não sei se precisar trazer junto a Doutora Sinara para ajudar a explicar, porque
 naquele projeto técnico foi uma reunião, foi construído com vários técnicos. **Carolina Aguirre**
da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) –
Presidente do CMDCA: Não, é que a questão é que depois o nosso receio é que quando chegue
 na PGM ou na SGP em que aparece lá, pegar meu nome de novo, que aparece o atendimento
 na prestação de contas cinco vezes para a Carolina: “Opa, como assim a Carolina está sendo
 atendida cinco vezes?”. Que são os desmembramentos de um atendimento. Isso aí é a demanda
 que nós entendemos muitas vezes, mas quem está lá não entende. **Sônia Rejane dos Santos**
Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Carol, o que eu acho que a gente pode dizer
 que são atendimentos e não meta. Não é a pessoa, mas são atendidos. Tipo quem faz Ação Rua,
 na Ação Rua tu faz atendimentos, tu não faz, a mesma pessoa, não é a abordagem, é na
 abordagem a gente faz várias abordagens à mesma pessoa. Então, eu acho que a gente pode
 fazer por atendimento. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e**
Desenvolvimento Humano – SMIDH: Isso, complementando o que a Sônia está dizendo,
 porque em alguns momentos vai vir terapias duplas por semana, tipo duas vezes atendimento
 de psicologia, duas vezes de fono, dependendo do nível de, do grau, ou o nível de complexidade
 da criança. Entende? Aí isso a gente vai ter que pensar, porque nisso a gente também vai estar
 dentro da espera desse psiquiatra ou do plano de atendimento desse médico. Então, isso é
 importante de pensar também, que a Sônia trouxe. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**
Municipal da Fazenda – SMF: É, talvez trazer, colocar que o conselho entende que as metas
 serão atendidas conforme as suas necessidades, independente da única especificação ali, né,
 uma única, como é que a gente chama, dependendo da sua especialidade, dependendo do
 encaminhamento, poderá ser mais de uma especialidade a ser atendida. **Mariana Azevedo,**
Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH: Tem como fazer
 as duas, Sônia? Tipo assim, botar o, porque assim, em grandes, isso é um exemplo, em grandes
 planos, por exemplo, que eu participei em convênios com outras cidades, se tinha o número de
 atendidos e o número de atendimentos a ser supridos naquele mês. Entende? Dá para se dividir
 desse ponto também, para atingir. Porque se tu ficar só no número de atendidos, tu vai acabar
 passando muito além, ou só no número de atendimentos, tu não vai conseguir também saber
 quantos atendidos é para aquele ponto. Daria para fazer esses dois pontos. **Sônia Rejane dos**

608 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Acredito que sim também. **Rosana**
609 **Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre,**
610 **APAE/Porto Alegre:** A gente estava conversando aqui que depende do caso, não quer dizer
611 que vai necessitar de todas as terapias. E aí, a Denise também estava comentando aqui que é
612 importante a gente deixar. **Denise Zulmira, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** O médico
613 pode sugerir N profissionais. Quem vai avaliar é a equipe que vai construir um plano de
614 tratamento, pode sugerir duas por semana, três ou quatro ou cinco, um fono, um psicólogo, tem
615 que ver no plano de tratamento o que precisa. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais**
616 **e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** E dizer assim também, às
617 vezes chegam casos para nós com a indicação do médico e aí se colocam todas as terapias
618 possíveis que existem, mas não quer dizer que aquele caso precisa de todas aquelas. Isso é bem
619 importante. É importante também trabalhar com as famílias isso, porque é para facilitar, vai ter
620 os atendimentos que realmente têm a necessidade, não é todos os profissionais. **Carolina**
621 **Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc**
622 **(Topogigio) – Presidente:** Podemos votar como atendimento e não meta? Então, quem e
623 favorável levante a mão. Ok. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Tá. E aí, a outra questão,
624 gente, é a proposta de reajuste. Em que daí, eu não tinha conversado com o pessoal do fórum
625 sobre essa questão, mas aí a minha opinião, conforme a gente for organizando as melancias, a
626 gente volta a conversar. Porque aí é lá na frente. A gente deixa entrar o dinheiro, deixa ver o
627 que vai gastar, porque nós estamos fazendo um projeto para dois anos. E aí a gente, antes
628 de começar a brincar, aí a gente já, não, vamos começar a ver como é que vai ser e aí depois a
629 gente senta e retoma para ver o que vai ser. Se vamos ampliar, se vamos continuar, se vamos
630 fazer o quê. Acho que é mais tranquilo. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São**
631 **Francisco de Assis – CPCA:** Eu queria só fazer, insistir aqui com o conselho, eu acho que a
632 gente tem, aquilo quando a Doutora Sinara nos buscou, porque a rede da saúde não conseguia
633 atender. Nós temos que lutar que tenha essa política na saúde para todas as crianças. Hoje é um
634 privilégio, que na verdade é um direito de prioridade absoluta para toda criança. Por isso que
635 eu estava falando que é trágico que as crianças têm que parar no acolhimento institucional para
636 ter atendimento na saúde mental. Hoje de manhã eu estava lendo uma matéria mais cedinho,
637 que o Hospital de Clínicas agora vai ter um medicamento de 7 milhões para atendimento de
638 casos de crianças especiais que têm um tipo de processo degenerativo, uma doença. Então, quer
639 dizer o seguinte, se para nós, que nós somos um conselho, tem que lutar pelo direito da criança

640 e adolescente, se nós não vamos fazer o seguinte, nós vamos abrir o orçamento ali para atender,
 641 eu vou querer também que a mesma criança que a gente atende lá na instituição, que não tem
 642 atendimento nenhum, que a família bate o desespero e que não caiu na rede, ela não tem e a
 643 gente não consegue. E o conselho vai abrindo o orçamento, orçamento, nós temos que lutar
 644 pelas políticas públicas com prioridade para todas as crianças, demonstrar o quão é importante
 645 o atendimento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**
 646 **Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É verdade, Frei. A única questão que a
 647 gente vai ter que pensar é como que a gente pode, vamos pensar bem com o recurso do conselho,
 648 do fundo. Como que a gente vai aportar da mesma forma que a gente aportou desta vez, um
 649 edital e tudo mais, ou nós vamos, não sei, que outra forma que a gente poderia aportar. Só que,
 650 olhando a saúde de Porto Alegre e com a própria fala do secretário da Saúde de que tem filas
 651 enormes na saúde mental, não vejo uma forma muito rápida da gente sair dessa situação se a
 652 gente não aportar um dinheiro como a gente fez com a saúde mental em relação ao acolhido.
 653 Então, assim, não vejo uma forma muito rápida, sinceramente. Acho que a gente vai ter que
 654 pensar para amadurecer. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de**
 655 **Assis – CPCA:** Acho que o nosso conselho é o responsável por fazer o tensionamento. Eu sei
 656 que é uma disputa, que a gente vai tapando aqui, ali, e não vai, é isso mesmo. **Mariana**
 657 **Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu
 658 acho que a gente tem que também, pegando um gancho do Frei, parar de pensar em políticas
 659 que só apaguem o fogo, só é tipo um band-aid. É potente, por exemplo, o CMDCA entrou dentro
 660 do plano municipal de primeira infância, a gente vai ter que começar a pensar em talvez existir
 661 políticas públicas que façam com que a prevenção, que aí fala das crianças lá nas creches, nas
 662 ECEIs, entende? Já que a SMED está trazendo a abertura de vagas nas ECEIs e um diagnóstico
 663 precoce, com talvez uma mudança de currículo com a inclusão de psicomotricistas, de
 664 musicoterapeutas, para ampliar a questão da fala. Gente, não é só neurodivergente que tem
 665 atraso no desenvolvimento, o tempo nas telas prejudica o desenvolvimento delas gigante. E a
 666 gente precisa pensar isso urgentemente sobre esse ponto, entende? E aí, eu conto assim, o que
 667 a gente fez agora foi apagar um incêndio gigante, porque a criança precisa ser institucionalizada
 668 para receber algum tipo de atendimento na saúde. Isso não muda. Quando eu era estagiária de
 669 saúde mental lá no Mãe de Deus, lá no Morro Santana, isso há, minha filha tem 8 anos, isso há
 670 7 anos atrás, era a mesma coisa, porque era desesperador a gente conseguir uma vaga para
 671 adolescente num CAPSi Jovem. Ou a gente começa a pensar em fazer políticas públicas para

672 uma prevenção, ou a gente vai só piorar o caso, porque a gente vai tentar apagar um incêndio
 673 que não tem como ser apagado. Entende? Porque só vai aumentar. E acho que a gente pode
 674 pensar daí de despendar esforços nesse ponto, sabe? E já que a gente tem, Carol, o recurso
 675 financeiro, a gente também pode ir atrás de exigências bem críticas nesse ponto, sabe? E aí eu
 676 estou falando, ninguém vai ter contigo ali, porque eu estou falando como conselheira. Tensionar
 677 mais. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Para isso, dentro do que o Frei traz e
 678 a Mariana trouxe também, tem uma questão que a gente tem que, dentro desse projeto, já colocar
 679 a questão de monitoramento e avaliação dessas ações. Porque senão, a gente não vai conseguir
 680 dar conta disso que o Frei está falando. Se a gente quer transformar uma política pública, e isso
 681 a gente já fez anteriormente enquanto conselho, era ter um monitoramento e uma avaliação que
 682 fizesse com que tivesse passos para a construção dessa política pública. E, nesse sentido, quando
 683 a gente fala no recurso financeiro, a gente também tem que aportar recurso financeiro para isso.
 684 Porque senão, a gente vai ficar enxugando gelo sempre. **Denise Zulmira, Secretaria**
 685 **Municipal de Saúde – SMS:** A Sônia da Saúde que disse que eles estão tendo uma rede de
 686 saúde mental em Porto Alegre, tem um projeto que o pessoal pudesse, quem sabe, vir aqui para
 687 falar a respeito. Buscar novas e, outra coisa que eu achei importante que o colega falou também,
 688 que um dado, por exemplo, uma criança com TEA, autismo, enfim, nem sempre é um caso de
 689 saúde mental. Poucos casos são. É deficiência intelectual, não é? Já acaba achando que a saúde
 690 mental tem que abarcar isso. Não, não é isso. A saúde mental é outra coisa. **Frei Luciano Elias**
 691 **Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu acho que esse convite é
 692 importante fazer bem pensado. **Denise Zulmira, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** É
 693 legal, interessante. Quando tu mudando com a comunidade, eles estão com um projeto já
 694 acontecendo e quando é a casa. Então, a gente consegue, pode dar uma. E também se precisar
 695 da assessoria da ciência, que aí atende as áreas, essa livre, também tem direito. **Rose Ceroni**
 696 **Canabarro, Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de**
 697 **Porto Alegre – ASAFOM:** Só para contribuir, quando nós tivemos a reunião com a Doutora
 698 Sinara, veio a representação da saúde, a questão da saúde mental dentro do SUS é totalmente
 699 diferente do que nós estamos falando aqui. A coordenadora da Secretaria da Saúde nos explicou
 700 que esses serviços que presta hoje dentro dessa parceria, o SUS não presta. Que é diferente a
 701 maneira de avaliação do que é saúde mental. Então, claro que eu acho que é isso, nós, o
 702 conselho, vai ter que fomentar aí com a Granpal, ver da onde são essas crianças, vamos dividir
 703 esses recursos, onde é que está o dinheiro? Vem do federal, vem do estadual? Acho que essa

discussão é muito mais ampla do que dizer que nós temos que dar conta do problema que é esse, um projeto piloto. E dentro desse projeto piloto, também está previsto uma cartilha, também está previsto dados, que vai poder sustentar o que a gente está falando aqui. **Frei Luciano Elias Bruxel, Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu só também queria fazer uma indicação, hoje nós estamos olhando um projeto específico que é a ASAFOM, que tem o maior interesse. Foi um edital que tramitou bem rápido, não teve uma presença do setor público, mas os nossos recursos, né? Hoje de manhã eu tinha pedido do projeto da instituição, fui ler aqui o relatório o que diz. Eu estou desde o começo do ano com esse projeto, vai e volta, a OSC disse aqui, né, dando resposta, que ela não recebeu a solicitação. Eu li, então, para a gente não tratar caso a caso, ou trata todas as entidades do mesmo jeito, fazendo uma interpretação, ela não recebeu. Já é uma dificuldade de toda a manter a política. E aí a gente olha uma interpretação para o conselho dar, como é que a equipe técnica aqui vai botar no processo. Eu não acho justo, porque a criança, querendo ou não querendo, um valor pequeno lá, um projeto de 70 mil reais, mas vai e volta e não termina nunca o repasse. Nós estamos chegando em dezembro. Aqui que diz, ó, solicitamos o reenvio dos apontamentos indicados. Eu sei que a gente respondeu, porque eu estava lá na instituição, fizemos reunião e aí diz a data, pois a OSC informa não ter recebido. Eu estou agora em dezembro, nós não recebemos. Eu pedi há um mês e dois meses e meio atrás como é que estava o processo, soube que estava na ASSETEC e agora eu recebo essa notificação. Porque na instituição me pediram, então tem alguma coisa que nós estamos tratando agora o repasse de recurso aqui e o conselho aprovou através de um edital que foi aprovado em tempo recorde e a vida das instituições tem que ter olhado o mesmo carinho. Porque a mesma criança não está tendo atendimento, mas é um caminho diferente de repasse de recurso. Então eu reclamo aqui um atendimento ético e justo igual para todas as crianças, que passa pelo repasse de recurso também para todas as entidades, para acontecer numa agilidade e com a documentação igual para todas. Não tem uma criança que está, eu trabalho num abrigo, eu sei o quanto é importante para toda criança que a gente atende ter recurso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá aí. É isso, gente? Mais alguma outra pauta? Tá, eu também não tenho. Então, gente, eu queria agradecer por mais essa plenária, tá? E aí, então, é isso. Tchau, pessoal.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.